

Sumário

Prefácio – JOÃO GUALBERTO GARCEZ RAMOS.....	9
Apresentação – VILSON DARÓS	13
Introdução.....	19
Capítulo I – A leitura da (im)parcialidade do juiz na perspectiva dos conceitos e preceitos da dogmática jurídica do direito processual e constitucional	27
1.1 Considerações preliminares.....	28
1.2 O significado da imparcialidade – Complexa definição.....	29
1.3 Corolários da imparcialidade (sentido subjetivista).....	30
1.3.1 A imparcialidade como objetividade.....	30
1.3.2 A imparcialidade como isenção.....	31
1.3.3 A imparcialidade como neutralidade	31
1.3.4 A imparcialidade como transparência	33
1.4 Conteúdo objetivo e subjetivo da imparcialidade	34
1.5 O campo de aplicação da imparcialidade	37
1.6 A inserção da verdade no processo como fundamento da imparcialidade do juiz	38
1.7 O Iluminismo como marco de sedimentação da imparcialidade do juiz.....	40
1.8 A imparcialidade como critério diretivo objetivo de designação dos juízes	44
1.9 A imparcialidade e a tese da “parte imparcial”	47
1.10 A natureza jurídica da imparcialidade – Princípio, regra ou direito fundamental	51
1.10.1 A imparcialidade como regra jurídica de direito processual ..	54
1.10.2 A imparcialidade como princípio e direito fundamental constitucional	55
1.11 Seria o princípio da imparcialidade um princípio de caráter absoluto?	59
1.12 Diferenciação entre o princípio da imparcialidade e os demais princípios constitucionais correspondentes	65
1.12.1 O princípio da imparcialidade e o princípio da legalidade.....	65
1.12.2 O princípio da imparcialidade e o princípio da igualdade	67

1.12.3	O princípio da imparcialidade e o princípio da proporcionalidade.....	71
1.12.4	O princípio da imparcialidade e o princípio da independência.....	73
1.12.5	O princípio da imparcialidade e o princípio do juiz natural ..	77
1.13	O Ministério Público e o princípio da imparcialidade	81
1.14	Quais são os titulares do direito fundamental ao juiz imparcial	83
1.14.1	O advogado e a imparcialidade judicial	84
1.14.2	O Ministério Público como titular e garantidor do direito a um juiz imparcial.....	87
1.15	O juiz instrutor espanhol e o princípio da imparcialidade	91
1.16	Análise da questão sob a égide do sistema acusatório.....	95
1.16.1	Os princípios informadores do processo penal e civil como critério diferenciador da atividade probatória do juiz <i>ex officio</i>	99
1.16.2	O princípio acusatório e o objeto do processo.....	103
1.16.3	O ativismo judicial e a paridade de armas	104
1.16.4	A produção probatória <i>ex officio</i> no direito comparado.	107
1.16.5	A atividade probatória <i>ex officio</i> e o princípio <i>in dubio pro reo</i>	115
1.17	Prova ilícita e a imparcialidade judicial	117
1.18	As técnicas de abstenção e recusa como regras processuais impeditivas da <i>parcialidade negativa</i>	121
1.18.1	A taxatividade ou exemplificatividade das causas que motivam a recusa ou abstenção do juiz.....	123
1.18.2	As técnicas de recusa ou abstenção diante da duplicidade de julgamento	125
1.18.3	O limite temporal (extemporaneidade) como formalismo legal ao exercício do direito fundamental ao juiz imparcial...	132
Capítulo II – A imparcialidade e a neutralidade do juiz como utopia impossível de se alcançar na relação jurídica processual penal e civil		135
2.1	Considerações preliminares.....	135
2.2	Crítica à figura do juiz “asséptico”	136
2.3	A manipulação ideológica da ordem jurídica como entrave à (im)parcialidade	144
2.4	A composição ideológica da “comunicação discursiva lingüística” como fator restritivo da (im)parcialidade judicial.....	151
2.4.1	A semiologia política e o discurso jurídico – Uma reflexão em face da imparcialidade do juiz	152
2.4.2	A influência das relações de poder no discurso jurídico e na constituição da sujeição normativa do juiz – Uma visão discursiva em Michel Foucault	156



2.5 Politização da função jurisdicional – Uma realidade que se contrapõe à concepção formalista da imparcialidade do juiz.....	164
2.6 A (im)parcialidade diante da tabela de valores de justiça	170
2.7 A psicologia e a psicanálise como ciências problematizadoras da (im)parcialidade do juiz	172
2.8 A construção epistemológica e a (im)parcialidade.....	181
Capítulo III – O justo processo e o direito fundamental ao juiz positivamente parcial	193
3.1 Considerações preliminares.....	193
3.2 O processo como expressão da soberania democrática popular	194
3.3 O processo penal ou civil e os reflexos da neoglobalização	199
3.4 A <i>parcialidade positiva</i> do juiz como instrumento de superação das desigualdades sociais, culturais e econômica no processo penal ou civil – Para além da igualdade meramente idealista e formal.....	202
3.5 A pobreza como principal barreira externa (tendão de Aquiles) da igualdade processual e do acesso à justiça.....	212
3.6 O processo como instrumento de solidariedade humana – A humanização do processo penal ou civil	216
3.7 O processo justo e equo	220
Capítulo IV – A concepção filosófica da “racionalidade do outro” como fundamento material da “parcialidade positiva do juiz”	226
4.1 Considerações preliminares.....	226
4.2 Ceticismo crítico ao sistema vigente	227
4.3 Nova leitura da (im)parcialidade – Parcialidade negativa e parcialidade positiva.....	229
4.4 Parcialidade positiva do juiz	232
4.5 O fundamento ético filosófico da “parcialidade positiva do juiz” no processo penal ou civil.....	236
Bibliografia	257

